

RETROSPECTO DA

IV Jornada Nacional de Cineclubes

Cabe fazer um retrospecto da IV Jornada Nacional de Cineclubes. Ao lado da publicação de documentos, conclusões, relação de participantes — o que já foi feito ou se há de fazer — cabe traçar um registro de conjunto, da dinâmica dos acontecimentos. Cabe fazer algumas críticas. Cabe ressaltar novas perspectivas que surgiram.

A IV Jornada lembra o desenrolar de uma sequência de encontros de cineclubistas brasileiros. A Primeira, em São Paulo, em 1959, por iniciativa do Centro de Cineclubes (Carlos Vieira), reuniu cerca de 15 pessoas; não teve temário nem registrou conclusões, mas foi simplesmente um encontro de amigos, nas dependências campestres da Cinemateca, no Parque Ibirapuera. A II Jornada, em janeiro de 1960, em Belo Horizonte, com a participação de 30 entidades, destacando-se a impetuosa delegação carioca, não teve temário, mas chegou a conclusões, das quais se destacam: Orientação de programação de entidades não cineclubísticas; Campanha do Bom Filme; pesquisa de cinema nacional; intercâmbio; divulgação de textos cinematográficos básicos. A III Jornada, realizada em janeiro de 1961, no Rio, com a presença de 70 entidades, com a revelação maciça dos cineclubes mineiros, também não teve temário, uma vez que o cineclubismo andava em busca de objetivos. Mas revelaram-se ou se firmaram então algumas preocupações, que dariam elementos para estabelecer futuros temários: convênios paritários interclubes; união entre críticos e cineclubistas; prestigiar os órgãos federativos; estudar problemas do cinema para crianças (Participação do cineclubista de Rio Quarto); pesquisas de opinião pública, com relação a cinema; estudar as bases de um curso básico de iniciação cinematográfica.

PREPARAÇÃO PRÓXIMA A IV JORNADA

A IV Jornada Nacional de Cineclubes, que teve o seu desenrolar de 13 a 19 do corrente mês e ano, em Porto Alegre, e que revelou maior maturidade e participações mais ricas, teve seu êxito assegurado devido à boa organização, e, principalmente, pela preparação próxima, durante os dois anos e meio de intervalo da III. Realizaram-se nesse interregno, diversos Simpósios, sobre CINEMA E CRIANÇA, tais como o de Porto Alegre, de Marília e Campinas. Incentivou-se o cineclubismo, tendo sido fundada a Federação Gaúcha de Cineclubes, a Federação Norte-Nordeste, com a estruturação do Conselho Nacional de Cineclubes. Deu-se andamento ao curso universitário em Belo Horizonte, e atividades na Universidade de João Pessoa. Houve reuniões do Conselho Nacional na Bahia e em Santos. Tudo isso foi acompanhado de estudos intensos, revelados por edições várias: muitos artigos em jornais de várias partes do Brasil; dois cadernos da Cinemateca (CINEMATECA E INFÂNCIA; e CRONOLOGIA DA CULTURA CINEMATOGRAFICA NO BRASIL); publicações dos Simpósios; trabalhos distribuídos na Jornada: INTEGRAÇÃO DO CINEMA NA ESCOLA (da Cinemateca); caderno da Federação de Cineclubes do Rio de Janeiro; o excelente catálogo de filmes de embaixadas, da mesma Federação; relação (de nossa autoria e mutilada pela redação da RCC, alegando falta de espaço) de entidades ligadas à Cultura cinematográfica (não entidades ou pessoas que "praticam" cinema no Brasil); relatório de Willis Leal sobre atividades na Universidade de João Pessoa; relatório da Comissão de Cinema e Criança; além de outros, sem falar nas intervenções de pessoas entendidas nos assuntos da IV Jornada, e volantes vários distribuídos pelo Cineclubista Pro Deo: Cinema e Juventude; Ensino do cinema; manifesto sobre Criação Cinematográfica.

ORGANIZAÇÃO E PARTICIPANTES

Foi unanimemente reconhecida a boa organização da Jornada, auxiliada pela Providência, que permitiu um clima excepcional, um oasis no meio de dois períodos climáticos extremamente desfavoráveis, com frios intensos e mesmo chuvas. Estiveram presentes, com notável assiduidade às sessões, cerca de 170 pessoas, credenciadas por 77 entidades de 11 Estados do Brasil, assim distribuídas: Amazonas, 2 pessoas representando duas entidades; Piauí, 3 pessoas e 2 entidades; Paraíba, 2 pessoas e 2 entidades; Pernambuco, 2 pessoas para 2 entidades; Ceará, 3 pessoas para 2 entidades; Espírito Santo, 5 pessoas para 1 entidade; Bahia, 1 pessoa para 1 entidade; Rio de Janeiro, 12 pessoas para 7 entidades; Minas, 44 pessoas para 24 entidades; São Paulo, 26 pessoas para 17 entidades; e Rio Grande do Sul, 69 pessoas (credenciadas, além de outras, com ouvintes), para 17 entidades. Estranhou-se a ausência de Santa Catarina e Paraná.

A Mesa Diretora dos Trabalhos foi composta pelos seguintes: Presidente, Sr. Ary Neves Mendonça, do Clube de Cinema de Porto Alegre; 1.º Vice, Durval Rosa Borges, da Sociedade Amigos da Cinemateca, de São Paulo; 2.º Vice, P. Moisés Fumagalli, do Cineclubista Teresinense, de Piauí; Secretário Geral, Zarcillo Barbosa, do Clube de Cinema de Marília, São Paulo; Secretário de Atas, Luiz Francisco Terra Júnior, do Cineclubista do Colégio Rosário, de Porto Alegre; Secretário de Expediente, Márcio Dayrell, da Escola de Cinema, de Belo Horizonte.

Para a Comissão do tema CINEMA E CRIANÇA, foram nomeadas pelo plenário 15 pessoas, de 4 Estados, predominando os técnicos do Rio Grande do Sul (SEC), Minas (Federação) e São Paulo (Cinemateca). Para a comissão do tema, CONCEITUAÇÃO DE CINECLUBE, foram nomeadas 15 pessoas, de 9 Estados do Brasil. Para a Comissão do tema CINECLUBISMO E CINEMA BRASILEIRO, foram nomeadas 13 pessoas de 5 Estados. E, para a Comissão de Princípios, foram escolhidas pela Mesa, 5 de 11 pessoas indicadas pelo Plenário. Havia

uma próspera indústria cinematográfica no Brasil, com necessárias barreiras ao predomínio do cinema estrangeiro, mormente o americano, como aconteceu e está acontecendo em outros países, não apenas na Cortina de Ferro.

Infelizmente, não houve na Jornada clima propício para se discutir amplamente o Relatório, para lhe dar aspectos mais práticos e viáveis para cineclubes. Era o caso de entrar em maiores detalhes para orientar os cineclubes na criação, pois que a indústria cinematográfica brasileira, notadamente bons argumentistas, não se criam por decreto, ou por intensa publicidade.

III TEMA: CINEMA E CRIANÇA

Este foi o tema a que a Jornada deu maior atenção, mais tempo de estudo e debate. Os trabalhos da Comissão, composta de técnicos no assunto, foram os mais laboriosos, com 4 sessões de estudos, e dois relatores. Além das conclusões, muito sucintas, simples e práticas, a Comissão brindou o Plenário com um alentado relatório, que pretendemos publicar. Além do relatório, numerosas e variadas contribuições verbais vieram enriquecer esta Jornada. Eis as Conclusões, que são um programa de realizações:

1) Necessidade de se formar uma Cinemateca Infantil. 2) Necessário intercâmbio com organizações cinematográficas. 3) Sugerida permuta de diáfilmes e cópias de filmes. 4) Sugere-se organização de um Festival de Cinema Infantil para a Infância, a partir de um cinema brasileiro. 5) Sugerida criação de um Conselho constituído por educadores e outros especialistas, com a finalidade de estudar, selecionar e organizar o fichário. 6) Deve haver seleção dos filmes a serem exibidos, de acordo com a fase evolutiva que a criança atravessa. 7) Estimule-se a produção de cinema infantil nos cineclubes, e que todos os que puderem, façam filmes para crianças. 8) Congreguem-se outras entidades de caráter sócio cultural, no sentido de colaborarem também em relação a um cinema adequado à infância e à adolescência. Como se vê, as conclusões são práticas e convidam ao conhecimento do Relatório da respectiva Comissão.

TEMÁRIO DA V JORNADA:

SALVADOR, JANEIRO DE 1963

Foram apresentadas propostas, contendo indicação de 5 temas, para a próxima Jornada, a ter lugar em Salvador, em janeiro de 1965: Cinema e Universidade; Ensino do Cinema; Criação Cinematográfica; Cinema e Revolução Cultural; Crítica e Cineclubismo. Embora a proposição que sugeria os temas de Ensino do Cinema e Criação Cinematográfica (duas grandes preocupações reveladas nesta Jornada) viesse assinada por 5 entidades, a Mesa não encaminhou o assunto à votação pelo Plenário, mas o remeteu à posterior decisão do Conselho Nacional de Cineclubes. Assim que, somente mais adiante, talvez pelo fim do corrente ano, saberemos ao certo qual o temário oficial da próxima Jornada. Temos certeza de que o Conselho Nacional se decidirá por um temário de cunho objetivo, de contornos claros e definidos, em prol da eficiência e amadurecimento do movimento cultural cinematográfico nacional.

ACONTECIMENTOS EXTRAS

Entre os acontecimentos extras, devemos salientar o I Encontro Sul Americano de Cineclubes, que consistiu exclusivamente num contato de criações cinematográficas, tanto brasileiras, como principalmente do Uruguai e Argentina. Como o assunto é longo e versa outro setor, remetemo-lo a outras reportagens ou publicações.

Cumpra salientar que, em consequência a essas exhibições, cuja organização se deve principalmente ao esforço do Sr. Carlos Vieira, Presidente do Conselho Nacional de Cineclubes, foi criado um Secretariado de Cineclubes Latino-Americanos, a ser dirigido provisoriamente pelo Sr. Vieira. Foi além disso estabelecido realizar-se um II Encontro Sul Americano de Cineclubes, para 1964, em Montevideo, em data a ser fixada.

Fatos que devem ser salientados, são a visita oficial da IV Jornada aos Reitores das duas Universidades, a Católica e a Federal, confirmando-se assim a ligação entre os cineclubistas e Universidade, prevendo-se maior integração da Universidade à cultura cinematográfica.

Aproveitando-se a presença de personalidades da Jornada, realizou-se também uma reunião dos católicos, onde o P. Guido Logger fez comunicação das realizações em curso pelo Serviço de Informações Cinematográficas, sendo depois debatidos assuntos ligados ao esforço editorial, classificação moral dos filmes, promoção do bom filme, entrosamento com o OCIC. Estiveram presentes cerca de 50 pessoas, tendo falado aos presentes o Sr. Ruben Oreiro Vasquez, de Montevideo, hoje encarregado do Departamento Cultural, do Secretariado OCIC para a América Latina.

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS

Como estava previsto pelo Regimento Interno, foi proposto ao Plenário e aprovado por unanimidade, um texto, classificado como "Declaração de princípios", que nada mais foi do que uma síntese das conclusões a que chegou o Plenário, através das Comissões oficiais. Também seu texto merece publicação em separado. Essa declaração inculca principalmente as Conclusões do tema CINECLUBISMO E CINEMA BRASILEIRO, propugnando por uma participação maior dos cineclubes no esforço de emancipação da indústria cinematográfica no Brasil.

OBSERVAÇÕES FINAIS

043.0
Flavio Loureiro Chaves, de Porto Alegre; José E.M. de Oliveira, de São Paulo; e Jaime Rodriguez, do Rio de Janeiro. E de se notar que o Regimento Interno vedava a mesma pessoa pertencer a duas comissões, relacionadas com os três temas oficiais. CONCEITUAÇÃO DE CINECLUBE; CINEMA E CRIANÇA; E CINECLUBISMO E CINEMA BRASILEIRO.

O Regimento Interno da Jornada, apesar de aperfeiçoado à base do Regimento da III Jornada, ambos trabalho do Clube de Cinema de Porto Alegre, ocasionou dez horas de discussões (incluindo eleição da mesa e comissões), principalmente devido ao problema do direito ao voto, de entidades consideradas sem suficiente autonomia, problema que a Conceituação de Cineclubes veio, depois clarear mais, embora não resolver de todo.

I TEMA: CONCEITUAÇÃO DE CINECLUBE

Embora o texto da conceituação de um cineclubes seja breve, deu margem a muito debate, tanto na Comissão, como no Plenário. Foram apresentadas 5 proposições, pela Federação de Minas, pela Federação do Rio, pelo Centro Cultural de Viçosa, pelo Cineclubes Pro Deo e pela GEC de Porto Alegre. Ficou aprovado o seguinte texto, para uma conceituação, brasileira e provisória, de cineclubes: "Cineclubes é uma entidade juridicamente constituída, que visa exclusivamente proporcionar aos associados e ao meio social em que está inserida, possibilidades de conhecer cinema, trabalhar pelo bom cinema, fazer cinema e, através do cinema, conquistar a cultura".

Julgamos essa conceituação boa, embora pudesse ser mais precisa em alguns pontos. Tentemos interpretar essa conceituação: 1) Parece-nos que um departamento de cinema, de entidades não cineclubísticas — um grêmio estudantil por exemplo, — possa ser considerada cineclubes (com direito a voto em Jornada), pois tem constituição jurídica. 2) O termo "exclusivamente", com justeza exclui atividades alheias, como atos de comércio, coisa tentadora para uma entidade que começasse a "fazer filmes". 3) Muito acertadamente, a conceituação não toma partido ideológico, pois cada um definirá o que seja "bom cinema" e "cultura", termos entretanto que supõem exigir de cada cineclubes a adoção de alguns princípios ideológicos. 4) Esta conceituação é ousada, pois coloca entre os objetivos "fazer cinema", o que, para muitos cineclubes é utópico, pelo menos de momento. Mas, quem cedo não começa a pensar a fazer algo, jamais o fará. 5) Finalmente, essa conceituação pretende considerar o cinema, não como fim, mas quer inseri-lo como instrumento no processo cultural, o que, em outras palavras, desautoriza desproporcionais ou exclusivas preocupações estéticas, em prejuízo da cultura e dos valores humanos. 6) Acertadamente, é reconhecido como essencial a um cineclubes, o trabalho de divulgação e formação do público, não associado.

É evidente que esta conceituação não pode vincular juridicamente os cineclubes brasileiros, que já tenham existência jurídica e reconhecida pelas Federações, mas serve como sugestão orientadora, já que é o pensamento da maioria dos cineclubes presentes à IV Jornada e com direito a voto.

II TEMA: CINECLUBISMO E CINEMA BRASILEIRO

A respeito deste tema foi publicada longa matéria, previamente à Jornada, pela imprensa em diversas partes do País, e nem era matéria nova, pois que a III Jornada havia endossado a maioria das conclusões da I Convenção de Críticos Cinematográficos do Brasil em 1961. Sem que houvesse uma única proposição concreta, a Comissão elaborou um relatório, redigido por Paulo Emilio Sales Gomes, relatório que obteve aprovação entusiástica e unânime, com leves e justas ressalvas, no tocante a individualização de críticas, embora bem fundamentadas. Diga-se de passagem, que a leitura do Relatório, por Paulo Emilio, e a intervenção de improviso, de Walter da Silveira, foram pontos altos da Jornada.

O referido relatório, que já foi publicado na íntegra nesta coluna, recompila os esforços e anseios gerais de se criarem condições para a eclosão de

nacional de Cineclubes entendemos de fazer. Sejam-nos permitido agora fazer algumas observações críticas suplementares e resumir algumas perspectivas novas verificadas.

Registrou-se notável progresso em madureza, em contribuições e estudos. Verificou-se ansia geral pela criação cinematográfica. Forte, igualmente, a tendência de engajar a Universidade ao trabalho de cultura cinematográfica. Notaram-se fortes correntes de nacionalismo um tanto emotivo, mas apareceu pacífica a rejeição a processos de estatização. Foi unânime a tendência de subordinar o cinema à cultura, ou seja, de vincular a estética aos interesses humanos, de julgar o cinema como instrumento de emancipação, e não como um fim em si, ou para fins de lucro pessoal. Com alto senso de unidade, evitaram-se geralmente, salvo alguns casos, problemas polêmicos de fundo ideológico ou emocional-personalista. Parecia estar caminhando para a consolidação o ideal de união entre cineclubistas, críticos, educadores, produtores, num clima de colaboração e mútuo prestígio.

Há um problema nessas Jornadas, como em qualquer congresso: o comportamento e a atuação do Plenário. O Plenário, em princípio, detém poder máximo. Se tem o máximo de poder e dignidade, devia ter o máximo de lucidez e de coerência. Mas acontece muitas vezes que ao Plenário não são concedidas condições de exercer soberania, pela rapidez com que se lhe pedem pronunciamentos importantes. Aqui o Regimento Interno precisa de reformas de base.

Além disso, o Plenário de uma Jornada pode facilmente cair em contradições, quando falta luz dos líderes que o conduzem. Mostram esse risco, as seguintes contradições, verificadas ou esboçadas na última Jornada: 1) O fato de se ter dado ao Governo a legítima autoridade de Censura não impediu que se recorresse constantemente ao Governo para pedido de auxílios. 2) A liberdade de expressão foi defendida por todos com entusiasmo, mas às vezes uma voz discordante, mesmo com objetividade serena, tinha de lutar muito para ser ouvida. 3) A precariedade de condições materiais da maioria dos cineclubes não impediu que a conceituação de cineclubes pusesse sobre os seus ombros a hercúlea tarefa de "fazer filmes". 4) Notou-se geral simpatia pelo "diálogo", mas acentuada a tendência em conceder apertados. 5) Exaltou-se o clima de liberdade, mas opuseram-se dificuldades à participação pelo voto, de entidades com diminuta autonomia jurídica. 6) Todos gostam de enaltecer relações do cineclubismo com a massa, mas poucos reconhecem os direitos que a massa tem de parecer o espírito com filmes de divertimento. 7) Todos aceitaram a formulação de engajamento do cineclubismo e do cinema ao processo cultural e de emancipação, mas, quando se passou um me como o da Cooperativa Agrícola de Cotia — documentário com excelente técnica colorida, e correto, sobre candente tema de progresso econômico, humano e social — grande número mostrou ausência de "pesquisa estética". 8) Todos concordam que devemos correr para o povo, para multidões, mas na realidade, verifica-se mais tuada corrida para os centros de elite, que as Universidades.

A insinuação a estes problemas, talvez ex com lente de aumento, de forma alguma nos a impressão estimulante de que o Cineclubismo brasileiro caminha para a unidade, para o amadurecimento, para a objetividade, para a integração, para a eficiência e para algo de útil ao Homem.

Finalizando, sugerimos que na V Jornada serve algum tempo para um BALANÇO PR das realizações do cineclubismo brasileiro até momento. Essa discussão partiria de relatórios elaborados pelas Federações e previamente estudados pelo Conselho Nacional, que seria o relator final. O cineclubismo precisa adequar a vez maior objetividade, e evitar orgia de luzes que ficam eternamente engavetados. — PS.: Documentos complementares:

Relatório da Comissão Cinema e Criança;
Cineclubismo e Cinema Brasileiro, relatório da Comissão;
Declaração de princípios.